

23.outubro.2014 – 18h30

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **Federação Portuguesa de Vela**
José Manuel Leandro (Presidente), Luis Lopes Claro (membro da direção) e Pedro Soares Rodrigues (Diretor Técnico Nacional)

Recebidos por: **Grupo de Trabalho do Desporto:** Deputados Paulo Cavaleiro (Coordenador), Pedro Pimpão e Paula Gonçalves (PSD), Laurentino Dias (PS) e Artur Rego (CDS-PP)

Exposição: O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Paulo Cavaleiro, saudou os representantes da Federação Portuguesa de Vela (FPV) e agradeceu a presença na audição, explicitando o enquadramento em que a mesma foi agendada.

O Sr. Presidente da Federação saudou os Srs. Deputados e manifestou o seu regozijo pela oportunidade de reunir, pela primeira vez, com o Grupo de Trabalho do Desporto. Efetuou, de seguida, uma intervenção, em que se referiu a alguns dos problemas que assolam o desporto em geral e a vela em particular, como os financiamentos estatais e os seus critérios de atribuição ou a inexistência de um Centro de Alto Rendimento para a Vela, uma lacuna que considerou determinante para a evolução da modalidade. Esta intervenção pode ser consultada na [página do Grupo de Trabalho, na Internet](#).

Intervio, de seguida, o Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) que agradeceu a presença e a exposição efetuada e colocou algumas questões, nomeadamente sobre a forma de atrair financiamento privado, face à escassez de recursos públicos, sobre as perspetivas de futuro para a modalidade e sobre uma eventual aposta na economia do mar, dado poder desempenhar um papel importante a este nível.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) cumprimentou a delegação da FPV e disse conhecer os problemas específicos desta área. Lembrou que a vela constitui uma modalidade onerosa, visto implicar um conjunto de equipamentos dispendiosos e fez referência à organização em Portugal, no ano de 2007, do Mundial de Vela, um evento que foi assinado pouco tempo antes das eleições de 2005, e que envolveu um montante de cerca de 20 milhões de euros. A este propósito, lamentou que a verba tivesse sido canalizada para um único clube e não para a criação de uma infraestrutura para a modalidade, como um Centro de Alto Rendimento. Referiu-se ainda ao Regime Jurídico das Federações Desportivas e aos deveres que lhes estão subjacentes, e perguntou se as prestações do IPDJ têm sido pagas atempadamente e se dispõem de informação relativamente à evolução orçamental para 2015.

O Sr. Deputado Artur Rego (CDS-PP) saudou a direção da Federação pelo trabalho que desenvolve e agradeceu a documentação entregue. Referiu-se, de seguida, ao Regime Jurídico das Federações Desportivas, para reconhecer algum excesso de rigidez e regulamentação mas, por outro lado, a necessidade da fixação de regras que impeçam eventuais abusos de poder. Relativamente ao financiamento, considerou que o atual modelo padece de dois erros: o primeiro diz respeito às verbas atribuídas e à adequação das entregas das tranches às necessidades e às especificidades das federações, e o segundo refere-se aos critérios de atribuição de verbas. Disse ainda justificar-se a criação de um Centro de Alto Rendimento para esta modalidade e terminou, desafiando a direção da FPV a apresentar uma proposta de revisão dos estatutos das federações e do modelo de financiamento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Sra. Deputada Paula Gonçalves (PSD) cumprimentou a delegação da FPV e colocou algumas questões, nomeadamente sobre o número de atletas abrangidos no presente ano e sobre as políticas desportivas desenvolvidas junto das escolas e se as mesmas ocorrem apenas no litoral.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (Coordenador) referiu-se ao financiamento, questionando sobre a existência de outras fontes de receitas da Federação, para além das provenientes do Estado, e ainda sobre outras formas de obter mais financiamento.

Nesta sequência, e respondendo às questões colocadas, os representantes da FPV referiram-se à incerteza quanto ao montante das verbas a receber do Estado, afirmando que apenas em maio ou junho é que conhecem o financiamento de que dispõem, o que dificulta a programação das suas atividades. Fizeram alusão à boa relação que existe entre a FPV e o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e esclareceram que o IPDJ tem efetuado os pagamentos dentro do prazo - 60 dias. Relativamente ao projeto olímpico, consideram que os pagamentos a 60 dias dificultam o trabalho da Federação, defendendo que o mesmo deveria ocorrer no momento.

Referiram-se ainda a outras formas de financiamento e aos patrocinadores que têm apoiado a Federação e esclareceram que têm atribuídas cerca de 2000 licenças desportivas. Defenderam ainda a introdução de alterações ao Regime Jurídico das Federações Desportivas, no sentido de as federações não serem consideradas entidades de quem se deve desconfiar. Afirmaram que a vela é das modalidades que menos recebe para o alto rendimento, embora seja a que melhores resultados apresenta.

Fizeram, por fim, referência às diligências que têm tomado no âmbito do desporto escolar e ainda aos contactos que têm estabelecido com o município de Viana do Castelo, que apontaram como um bom exemplo no que diz respeito à modalidade: concorreu ao QREN para a construção de um centro de vela, o que permitiu que todos os alunos daquele concelho tenham hoje a possibilidade de praticar vela.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 23 de outubro de 2014

A assessora
Cristina Tavares